

EMPRESA
TERMoeLECTRICA PORTUGUESA
S. A. R. L.

RELATÓRIO

DO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO

E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 1966

SEDE:
RUA DO BOLHÃO, 72-3.º

PORTO

DELEGAÇÃO:
R. ROSA ARAÚJO, 34-3.º

LISBOA

EXERCÍCIO DE 1966

TIP. SOCIEDADE DE PAPELARIA — PORTO

EMPRESA TERMoeLECTRICA PORTUGUESA

S. A. R. L.

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Accionistas, com direito a voto nos termos estatutários, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, rua do Bolhão, 72-3.º — Porto, pelas 15 horas do dia 31 de Março do corrente ano, com a seguinte ordem do dia:

- 1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Relatório e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1966;
- 2.º — Discutir e votar uma proposta do Conselho de Administração de alteração do parágrafo primeiro do artigo 7.º dos Estatutos;
- 3.º — Discutir e votar uma proposta do Conselho de Administração para autorização de aumento do capital social.

Porto, 20 de Fevereiro de 1967

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Pela Companhia Hidro-Eléctrica do Norte
de Portugal (Chenop), S. A. R. L.

a) *Henrique Dimentel Saraiva*

NOTAS — Nos termos do art.º 19.º dos Estatutos, 50 acções dão direito a um voto, sendo permitido, nos termos legais, o agrupamento de accionistas que, isoladamente, não possuam. Os proprietários de acções ao portador não registadas que desejem tomar parte na Assembleia Geral, terão de as depositar, com a antecedência mínima de oito dias, na sede da Sociedade ou em qualquer Banco do País.

Nos termos do art.º 23.º dos Estatutos, podem os accionistas fazer-se representar por outro accionista, para o que basta uma carta dirigida ao Presidente da Mesa, até 3 dias antes do fixado para a Assembleia Geral e firmada em termos que não dêem lugar a dúvidas sobre a identidade do representado.

RELATÓRIO
DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACCIONISTAS:

A apresentação do Balanço e Contas do exercício é precedida, como habitualmente, dum relato da actividade da empresa no ano findo com o desenvolvimento inerente à fase de expansão que ela vem tendo nos últimos anos, embora não haja que referir alterações — antes confirmação — dos critérios orientadores já expostos nos relatórios imediatamente anteriores e que podem sintetizar-se no firme propósito de conciliação do carácter de acção, marcadamente no plano nacional, da empresa como concessionária global e como entidade de economia mista que é, com o carácter de livre iniciativa que deve ser próprio duma entidade industrial.

Para maior facilidade de apreciação da sequência da actividade dos anos anteriores, continuaremos a usar as mesmas rubricas dos últimos relatórios distribuídos.

1 — Concessão e autorizações de estudo

Quanto ao âmbito da concessão da empresa, apenas há a referir a sua prevista próxima extensão à central de Rio Maior — já incluída no projecto do 3.º Plano de Fomento, por despacho do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos — o que se encontra em curso de apreciação pelas entidades oficiais.

Foi concedida pela Secretaria de Estado da Indústria, através da Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, a autorização de estudos para a escolha do local destinado à segunda central térmica a fuel-óleo no Sul, possivelmente na península de Setúbal, cujo 1.º grupo se prevê instalar — uma vez completada a central do Carregado com os seus 4 grupos e construída a central de Rio Maior — cerca do final do 3.º Plano de Fomento.

2 — Central da Tapada do Outeiro: funcionamento

O funcionamento da central da Tapada do Outeiro foi bastante reduzido em 1966, por força de o regime de aflúências verificado

ter sido extremamente favorável. Assim, o ano hidrológico 1965/66 caracterizou-se por ter sido o segundo ano mais húmido conhecido, verificando-se, no entanto, nos dois últimos meses do ano civil — Novembro e Dezembro — precipitações bastante inferiores às médias.

Em regime de apoio à rede, sem que tenha havido toques das curvas-guia, mas para permitir indisponibilidades programadas para alguns aproveitamentos hidroeléctricos, apenas funcionou o 1.º grupo da central da Tapada do Outeiro no período de 28 de Agosto a 2 de Setembro (138 horas), tendo produzido 4,8 milhões de kWh. Este período de funcionamento foi aproveitado, aliás, para se proceder ao tratamento térmico do novo revestimento da câmara de combustão do gerador de vapor, melhoramento introduzido com o objectivo de se conseguirem condições mais vantajosas de queima do carvão.

O 3.º grupo iniciou o período de ensaios, com produção de energia, no dia 7 de Novembro, queimando quase exclusivamente fuel-óleo. O seu funcionamento foi intermitente, como é característico desta fase de ensaios, tendo atingido 445 horas e produzido 8,1 milhões de kWh. Este funcionamento continuou até cerca do fim de Fevereiro de 1967, com ensaios e afinações de queima de antracites, tendo ficado diferida para o verão próximo, por condicionamentos da situação hidro-energética da rede, a realização dos ensaios pròpriamente de rendimento.

No seu conjunto, a produção total da central foi pois, em 1966, de 12,9 milhões de kWh, correspondendo-lhe uma emissão para a rede da Companhia Nacional de Electricidade de 11,2 milhões de kWh.

No que respeita a fornecimento de energia reactiva, a central da Tapada do Outeiro continuou a desempenhar relevante papel, contribuindo para a resolução de problemas de regulação de tensão na rede que se avolumaram no decorrer do ano. A emissão total cifrou-se em 164,6 milhões de kVARh, na quase totalidade resultante do funcionamento dos grupos em regime de compensação síncrona.

Importa referir que o sistema de conservação preventiva, que implicou uma reorganização profunda dos métodos do sector da

conservação da central, entrou em vigor no ano de 1966. São apreciáveis os resultados já obtidos no que se refere a um melhor controle interno e a um melhor aproveitamento dos meios disponíveis; quanto ao objectivo principal, que é o de um aumento do coeficiente de disponibilidade dos grupos, só com o decorrer dos anos se poderá confirmar, como se espera, o interesse do sistema.

Como se havia referido no relatório anterior, aproveitou-se largo tempo de paragem dos grupos para efectuar trabalhos importantes de grande conservação. É de anotar, entretanto, que grande parte do ano se passou com indeterminações notáveis quanto à possível data de arranque dos grupos para apoio à rede — regime de disponibilidade a curto prazo — o que não permitiu, em certos casos e em conjugação com o frequente funcionamento dos alternadores como compensadores síncronos, efectuar a programação de conservação mais desejável.

Dos trabalhos efectuados são de destacar:

- substituição de parte do revestimento da câmara de combustão da caldeira do 1.º grupo;
- reparação geral da maioria do equipamento de transporte e manuseamento de carvão e de remoção de cinzas;
- beneficiação das estações de chegada dos teleféricos;
- substituição de todo o balastro e travessas da via de rolamento do parque de carvão com reparação das linhas de alimentação de energia eléctrica;
- conservação dos edifícios, designadamente impermeabilização de coberturas;
- revisão geral da aparelhagem eléctrica de diversos quadros;
- pintura dos transformadores do 1.º grupo.

Não foi descurado o problema da poluição atmosférica, com efeitos em culturas agrícolas circunvizinhas, provocada pelos fumos saídos pelas chaminés, sendo o 3.º grupo já equipado com despoeirador electrostático de muito alto rendimento e estando prevista a remodelação próxima dos despoeiradores dos restantes grupos, para o que foi já aberto o concurso relativo ao 1.º grupo.

3 — Central da Tapada do Outeiro: instalação do 3.º grupo

No ano de 1966 concluiu-se, como se infere do que já foi anteriormente relatado, a montagem do 3.º grupo gerador de 50 MW, tendo-se efectuado o primeiro acendimento da caldeira em 28 de Agosto e o arranque da turbina de vapor em 15 de Setembro. A primeira ligação à rede nacional do turbo-alternador verificou-se em 4 de Novembro e a partir de 7 do mesmo mês, como já se disse, iniciaram-se os ensaios em carga deste 3.º grupo, cumprindo-se, por conseguinte, o programa da sua entrada em serviço ainda dentro da estiagem de 1966. A central da Tapada do Outeiro passou assim a dispor de 150 MW de potência instalada, devendo considerar-se terminada a fase da sua instalação logo que estejam prontas as obras de alguns acabamentos, ainda em curso na construção civil, correspondentes ao terceiro escalão.

4 — Central do Carregado: estudos

1.º grupo

Como estava programado, foram lançados em 1966 os cursos restantes e colocadas as últimas encomendas de fornecimentos de equipamento e de execução de empreitadas de construção civil, relativas ao 1.º grupo. A concretização do projecto está praticamente terminada, estando a ser ultimados certos aspectos de pormenor, tais como: instalações acessórias, iluminação, transmissões, equipamentos oficiais, de mobiliário e acabamentos.

Em ligação com o desenvolvimento das obras, foi todavia necessário efectuar importantes adaptações nos projectos da tomada de água do circuito de refrigeração e da obra de restituição ao rio Tejo, especialmente relacionadas com a natureza difícil dos terrenos.

O projecto do oleoduto referido no relatório de 1965 e que atingira uma fase adiantada na concepção da ligação central-refinaria de Cabo Ruivo com a colaboração das empresas petrolíferas interessadas, teve de ser abandonado por não ter sido oficialmente autorizada a sua instalação no percurso das bermas da auto-estrada, único traçado que se revelava como técnica e economicamente

viável. Em consequência, passou-se ao estudo da solução baseada no transporte fluvial desde a refinaria até à central, solução que é considerada também válida sob o ponto de vista económico. Um pequeno oleoduto ligará assim o parque de armazenagem da central ao pontão de descarga dos barcos na margem do Tejo; os concursos relativos a este oleoduto foram já lançados. Não haverá qualquer dificuldade em garantir o abastecimento em fuel-óleo, por estrada, da central, na sua primeira fase de funcionamento, isto é, com o 1.º grupo em ensaios.

Em todas as encomendas de equipamento electromecânico colocadas neste ano, a participação da indústria nacional atingiu percentagens elevadas, ultrapassando os 60 %.

2.º grupo

Ainda dentro do planeamento geral do empreendimento, usou-se o direito de opção quanto às primeiras adjudicações de equipamento do 2.º grupo de 125 MW, opção que tinha sido prevista nos cadernos de encargos do primeiro escalão. Em paralelo, desenvolveu-se o projecto deste grupo, no seu aspecto executivo.

3.º grupo

Em cumprimento do determinado pelo despacho do Senhor Secretário de Estado da Indústria de 3 de Dezembro de 1965, lançaram-se os estudos referentes ao 3.º grupo, tendo-se, por um lado, já aberto os concursos mais importantes, o do grupo gerador de vapor e o do grupo turbo-alternador, e, por outro lado, adjudicado as empreitadas de execução da cortina de estacas-pranchas e da escavação geral para a segunda fase da central (infra-estruturas correspondentes ao 3.º e 4.º grupos).

O programa de instalação do 3.º grupo da central do Carregado está a ser elaborado para respeitar o que foi determinado no despacho do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, em relação com o projecto do 3.º Plano de Fomento: o grupo deverá entrar em serviço no ano hidrológico 1969/70 para apoio na estação seca.

O gabinete de engenheiros consultores SOFRELEC (Electricité de France) e as sociedades portuguesas suas associadas (Profabril, COBA e Protermo) têm continuado a prestar a sua colaboração na elaboração do projecto da central. O contrato com o consultor SOFRELEC foi estendido para o projecto da segunda fase da central (3.º e 4.º grupos) mas adaptado em termos de redução do seu grau de intervenção, ficando a competir aos serviços técnicos da Termo-eléctrica, não só maior participação no projecto, como é progressivamente desejável, mas também a directa ligação com os gabinetes necessários de engenharia civil a que se venha a recorrer.

Continuaram a dispensar-nos o seu apoio, no desenvolvimento e execução deste projecto, as entidades oficiais mais directamente interessadas, designadamente o Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

5 — Central do Carregado: construção

1.º grupo

a) Construção civil

Prosseguem em ritmo intenso as obras de construção civil, sendo os seguintes os dados mais relevantes:

Acessos: Foi concluída, em fins de Junho, a ponte sobre a vala do Carregado que permite ligar a central à Estrada Nacional n.º 1/3, assegurando-se assim o acesso rodoviário necessário à passagem de cargas excepcionalmente pesadas relativas ao equipamento a instalar na central.

Circuito hidráulico: Tem sido condicionado pelas difíceis características do terreno nas margens do Tejo, o andamento das obras da tomada de água, prevista para 25 m³/s, de acordo com as necessidades de refrigeração dos futuros quatro grupos geradores da central, mas consideram-se vencidas as dificuldades havidas.

Prossegue normalmente a construção da estação de bombagem e dos canais de adução e rejeição, bem como da obra de restituição

ao Tejo, tendo-se efectuado com pleno sucesso, e sem interrupção do tráfego, as obras de travessia subterrânea da via férrea da linha do Norte que cruza os referidos canais entre a central e o rio.

Corpo da central: Está praticamente concluído nesta primeira fase, correspondente não só ao primeiro mas também ao segundo grupo gerador.

Edifícios anexos: Estão em bom andamento as obras de construção dos edifícios destinados a escritórios, armazéns, oficinas e serviços sociais.

Subestação: Foram executadas todas as infra-estruturas.

Quantidades de trabalho mais significativas (executadas até ao fim do ano de 1966)

	<i>Total acumulado</i>
Escavações	184 000 m ³
Aterros	403 000 m ³
Pavimentos de estradas	6 300 m ²
Cortinas de estacas-pranchas	7 000 m ²
Aço em armaduras	2 784 t
Estacas de fundação — betão	6 300 m
Estacas de fundação — metálicas	4 800 m
Betão	41 000 m ³

b) Equipamento electromecânico

Em Maio de 1966, iniciou-se a montagem da estrutura metálica do grupo gerador de vapor, cuja complexa instalação prossegue activamente, e em Novembro último, deu-se início à montagem do grupo turbo-alternador, estando actualmente instalados o condensador e as bases de suporte do grupo. Entretanto, entraram em serviço os dois pórticos rolantes de 90 t da casa das máquinas e os dois primeiros reservatórios para 20 000 m³ de fuel-óleo estão em conclusão de montagem.

2.º grupo

Vai em fase adiantada a cravação da cortina de estacas-pranchas ao abrigo da qual serão executadas as escavações necessárias à ampliação da central. Deu-se início à montagem da estrutura metálica da segunda caldeira.

Pessoal

O pessoal empregado por empreiteiros e fornecedores nas obras do Carregado atinge, presentemente, cerca de 1600 pessoas.

Programa de trabalhos

Apesar das dificuldades surgidas na construção civil — vencidas com a boa colaboração do empreiteiro geral Construções Técnicas, Lda. — e também em alguns aspectos do projecto e da fabricação do equipamento, continua a considerar-se possível que o primeiro grupo da central entre em regime de ensaios até ao fim da estiagem de 1967, como tem estado previsto desde o início, embora representando um «planning» de construção extremamente apertado.

6 — Projectos no campo térmico clássico

Durante o ano findo lançaram-se os estudos relativos a Rio Maior, tendo sido pedido a consultores especializados, Drs. Gold-Fichtner, de nacionalidade alemã — país onde existe a maior experiência industrial em minas e centrais de lignites — um relatório sobre a viabilidade técnico-económica da utilização das lignites para queima numa central de 125 MW a instalar à boca da mina, cujas conclusões foram favoráveis, pelo que agora se justifica prosseguir na realização do empreendimento.

Estes estudos abrangeram também a parte mineira, conforme orientação oficialmente definida, pelo que foram conduzidos (com

oportuna apreciação pelas entidades oficiais competentes) em directa colaboração com a Empresa Industrial Carbonífera e Electro-técnica, actual empresa concessionária da parte dos jazigos de Rio Maior que se encontra em exploração — empresa em que a Termoelectrica tomou importante posição, em 1966, em substituição de particulares, em acções e créditos, no seguimento de orientação definida em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, com vista a possibilitar a realização do empreendimento em integração vertical no conjunto mina-central. A verba aplicada pela Termoelectrica, para efeito dessa tomada de posição, é de 1950 contos e não teve qualquer efeito no plano de despesas da empresa uma vez que foi coberta por um financiamento especial obtido com o patrocínio do Estado.

O projecto do empreendimento de Rio Maior não poderá executar-se imediatamente por estarem ainda pendentes de definição de orientação oficial alguns aspectos de relevo, mas, por parte da Termoelectrica, procurar-se-á avançar na medida do possível, designadamente através da prevista colaboração numa campanha de sondagens que em breve vai ser posta em prática para melhor conhecimento de certas zonas do jazigo.

A prospecção de sítios para novos centros produtores térmicos continuou a estar nas preocupações da empresa, conforme já se referiu neste relatório, devendo iniciar-se em breve trabalhos de campo — com vista à instalação, na península de Setúbal, duma segunda central térmica a fuel-óleo, possivelmente com quatro grupos de 125 MW, como no Carregado — devendo a primeira localização a estudar ser aquela que se liga com a hipótese de instalação posta pelo Estado Maior da Armada (Base Naval do Alfeite) já referida no relatório de 1965.

7 — Estudos nucleares

De acordo com a orientação oficial e em cumprimento das obrigações decorrentes dos seus compromissos gerais de concessio-

nária da produção térmica, e dentro da autorização de estudos que lhe foi concedida em 1965, a Termoelectrica continuou as suas actividades no sector nuclear.

Os estudos preliminares da viabilidade técnico-económica duma central de 500-600 MW a instalar eventualmente na fronteira sul em associação com a Compañia Sevillana de Electricidad, concessionária do Sul de Espanha, ficaram concluídos no ano findo, e o relatório respectivo deverá ser entregue às entidades oficiais até ao fim do primeiro trimestre de 1967. As previsões existentes quanto ao benefício que se poderia tirar do efeito da maior escala desta eventual realização integrada foram confirmadas pelo estudo.

Como planeado, e em ligação com a elaboração dos referidos estudos nucleares, mantiveram-se contactos frequentes e sistemáticos com entidades oficiais e particulares estrangeiras, tendo uma missão da empresa visitado na Europa diversas organizações interessadas no campo da produção de electricidade de origem nuclear, designadamente da Grã-Bretanha, França, Alemanha e Bélgica, tendo-se confirmado o interesse que têm estes contactos directos para correcto conhecimento do mercado e da evolução tecnológica.

A viabilidade, na rede nacional, de potências unitárias inferiores à dimensão da central referida está merecendo, por outro lado, uma atenção particular.

A Junta de Energia Nuclear tem continuado a prestar a sua valiosa cooperação, acompanhando com particular interesse as nossas actividades neste domínio, quer ao nível da sua presidência, quer pelas relações estabelecidas com o Laboratório de Física e Engenharia Nucleares. No quadro desta cooperação e como primeiro passo duma desejável directa colaboração entre o Estado e a Indústria, no sector nuclear, foi assinado, em Maio de 1966, um protocolo entre a Junta de Energia Nuclear, o Grupo CUF e a Termoelectrica que criou a Comissão de Estudos do Ciclo de Combustível Nuclear destinada à promoção, em comum, dos estudos relativos a esse ciclo, em particular os que se relacionam com o tratamento químico dos nossos minérios de urânio e com a estruturação da indústria extractiva nacional.

8 — Tarifas. Receitas de exploração

O Decreto-Lei n.º 46 917, de 23 de Março de 1966, fez caducar o sistema vigente nos anos anteriores e que se caracterizava pela existência de tarifas de venda das empresas produtoras da rede primária à Companhia Nacional de Electricidade e de tarifas diferentes para as trocas de energia entre esta empresa e as distribuidoras. Com efeito, o referido Decreto-Lei integrou todas as empresas da rede primária num «pool» passando a existir somente tarifas de venda aos distribuidores e sendo a partilha de receitas entre as empresas efectuada de acordo com percentagens a rever todos os anos. Por outro lado, foi estendido às restantes empresas da rede primária o conceito de cobertura pelas tarifas de uma verba para autofinanciamento que, anteriormente (Dec.-Lei n.º 46 031 de 4 de Novembro de 1964), só contemplava as empresas financiadas pelo Banco Mundial (Empresa Termoelectrica Portuguesa e Hidro-Eléctrica do Douro).

Por despachos do Senhor Secretário de Estado da Indústria foram oportunamente fixadas as novas tarifas de venda da Companhia Nacional de Electricidade, aplicáveis à energia para consumos permanentes, e as percentagens de partilha de receitas a vigorar em 1966.

As receitas indicadas na Conta de Exploração, em execução das disposições dos referidos despachos, mostram um valor inferior ao de 1965 por ter sido extremamente reduzida a produção da central da Tapada do Outeiro o que se traduziu, por um lado, por receitas diminutas provenientes do Fundo de Apoio Térmico para pagamento dos encargos variáveis da central e, por outro, em contrapartida, por valores diminutos de despesas com combustíveis consumidos. Há que notar ainda, sobre esta matéria, que os consumos permanentes do país em 1966 aumentaram apenas cerca de 6 % o que influíu no volume geral das vendas da Companhia Nacional de Electricidade às empresas distribuidoras, não obstante terem sido elevados os seus fornecimentos directos à indústria electroquímica por efeito da favorável hidraulicidade registada.

9 — Abastecimento de combustíveis

a) Central da Tapada do Outeiro

O abastecimento de carvão à central da Tapada do Outeiro continuou a processar-se ao abrigo dos contratos estabelecidos com a Empresa Carbonífera do Douro e com a Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova em princípios de 1965.

De acordo com o estabelecido, as minas entregaram, no conjunto, mais de 150 000 toneladas, valor muito próximo do máximo contratual (160 000 t), sendo de perto de 420 000 toneladas o carvão armazenado em fins de Dezembro, valor que dá garantia de — com dois grupos queimando em pleno carvão — se fazer face à eventualidade de ocorrer um ano muito seco. Para comparação, cita-se que, em fins de 1965, o carvão armazenado atingia apenas cerca de 270 000 toneladas.

Prevê-se que, no decorrer de 1967, as minas possam continuar a entregar, no conjunto, o contingente máximo de 160 000 toneladas de carvão.

Na sequência de diligências efectuadas junto das entidades oficiais no sentido de obterem um aumento do preço de venda do carvão, as empresas abastecedoras denunciaram o contrato de abastecimento dentro do prazo regulamentar. No decorrer de 1967, haverá por isso que rever com as minas — e dentro da orientação que for definida pelas entidades oficiais designadamente quanto ao condicionalismo da lavra das minas — os termos em que se processará o fornecimento de carvão a partir de 1968.

O consumo de carvão em 1966, dadas as circunstâncias já referidas, cifrou-se apenas em cerca de 4100 toneladas.

b) Central do Carregado

Continua a aguardar-se que se defina a orientação oficial relativamente ao abastecimento de fuel-óleo à central do Carregado, para se fixarem, em definitivo, as condições em que decorrerá o previsto fornecimento pelas empresas SACOR e SONAP.

Como já se disse, não foi possível dar execução à instalação projectada de um oleoduto que ligaria a refinaria de Cabo Ruivo à central. Assim, o abastecimento previsto para 1967 deverá ser feito por camiões-cisterna passando-se, em segunda fase, prevista para 1968/69, a transporte por via fluvial desde a refinaria de Cabo Ruivo.

Da regulamentação, que vier a fazer-se oficialmente, das disposições que condicionam o estabelecimento do regime de fornecimento de fuel-óleo resultará a determinação dos encargos variáveis da central a suportar pelo Fundo de Apoio Térmico, dentro da orientação geral já definida em despachos da Secretaria de Estado da Indústria e oportunamente referida em relatórios anteriores.

10 — Financiamento de 1966

Para a cobertura das necessidades do investimento programado, estabeleceu-se um plano de financiamento de valor correspondente, no total de 694 000 contos, conforme se indicou no relatório do ano de 1965, que seria obtido pelo recurso às seguintes fontes: acções; crédito externo; autofinanciamento (fundos próprios e dotação para investimentos nos termos do Decreto-Lei n.º 46 031).

Procedeu-se no decorrer do ano à revisão da situação financeira, que permitiu concluir não ser necessário lançar a emissão de acções prevista para 1966 — no valor de 165 000 contos — antes do fim de Novembro, e por outro lado que as chamadas de capital se processassem em 4 prestações iguais, sendo a primeira, da importância de 41 250 contos, paga no acto da subscrição e as três restantes prestações, do montante de 123 750 contos, a realizar no decorrer do ano de 1967.

Esta emissão despertou grande interesse no público, à semelhança das anteriores, tendo sido largamente excedida, pelo que as subscrições que não estavam ao abrigo da preferência estatutária só puderam ser atendidas na base duma reduzida percentagem.

Também no ano de 1966, foram realizadas as prestações, do montante de 72 000 contos, correspondentes a 60 % da emissão de 120 000 contos, realizada em 1965, a que se fez alusão no relatório do mesmo ano.

No que respeita ao crédito externo, representado na utilização dos três contratos de empréstimo celebrados com o Banco Mundial, a sua realização foi, durante o ano, de 183 094 contos, sendo 31 833 contos por conta do primeiro empréstimo, 105 170 contos por conta do segundo e 46 091 contos por conta do terceiro.

Esta utilização resultou dos pagamentos feitos aos nossos fornecedores nos termos contratuais.

O menor valor atingido em relação ao crédito externo previsto para 1966, assim como o diferimento para 1967 da chamada duma parte do capital accionista, resultaram essencialmente de certos pagamentos, a fazer aos fornecedores dos equipamentos já adjudicados, terem sido transferidos para 1967 por se encontrarem dependentes do formal preenchimento das condições prévias estabelecidas na adjudicação. Esta circunstância explica também, em parte, o valor das disponibilidades de tesouraria no final do ano.

O autofinanciamento por força dos fundos próprios da empresa foi, em 1966, de 19 300 contos.

11 — Plano de financiamento para 1967

O plano de financiamento para 1967 foi estabelecido a partir do programa de investimentos previstos, com a actualização resultante do diferimento de pagamentos relativos a 1966.

Assim, a previsão de investimentos para 1967, é a seguinte:

Tapada do Outeiro:	3.º grupo	94 000 contos
Carregado:	1.º grupo	302 000 contos
	2.º grupo	195 000 contos
	3.º grupo	118 000 contos
	Fuel de primeiro enchimento	20 000 contos
Estudos da central de Rio Maior e da 1.ª central nuclear		10 000 contos
	Total	<hr/> 739 000 contos

Prevê-se que o financiamento de tal investimento se faça com recurso às seguintes fontes:

Ações:

75 % da emissão de 1966 (transferência para 1967)	123 750	
Emissão de 1967	100 000	223 750 contos
<hr/>		
<i>Crédito Externo</i> (Banco Mundial)		382 200 contos
<i>Autofinanciamento</i> (dotação para investimento — Decreto-Lei n.º 46 031)		43 200 contos
<i>Disponibilidades internas</i>		89 850 contos
<hr/>		
Total		739 000 contos

Note-se que este plano de financiamento foi recentemente estabelecido, por revisão de ideias anteriores, no sentido de diferir, para além de 1967, todos os pagamentos em que seja possível fazê-lo sem prejuízo do respeito do plano de obras a cargo da empresa, com o objectivo de, por um lado, reduzir as necessidades da obtenção de novos capitais permanentes e, por outro lado, reduzir as incidências do autofinanciamento nos termos do Decreto-Lei n.º 46 031, nas receitas a obter em 1967 por via tarifária. Chegou-se assim a um programa de financiamento para 1967 de valores mais reduzidos do que os resultantes do plano financeiro pluri-anual de que se dispõe a título de orientação. Dele resultou conseqüentemente uma redução da verba de autofinanciamento (dotação para investimento — Decreto-Lei n.º 46 031), em relação à anteriormente prevista. Cumprirá ainda esclarecer que, como se vê, essa verba de autofinanciamento legal foi prevista para 1967 em valor inferior a 10 % do valor do investimento anual (portanto abaixo do valor mínimo obrigatório do referido Decreto-Lei) por se entender, como a empresa sempre espontâneamente tem considerado, que o que

interessa é respeitar, no final de cada ano, 10 % no valor acumulado dos investimentos desde que o novo regime legal está em vigor; e, tendo-se verificado a circunstância, já referida, de uma parte do investimento de 1966 ter transitado para 1967, isso foi devidamente considerado.

Quanto ao valor relativamente elevado das disponibilidades internas previsto para 1967, cumprirá esclarecer que elas só em parte se referem à utilização dos fundos próprios da empresa; na maior parte resultam da circunstância de terem transitado ocasionalmente, no fim do ano, certas disponibilidades pelo motivo, já referido, do diferimento para 1967 de alguns importantes pagamentos de fornecimento de equipamento. Para maior clareza, considerou-se no plano de investimento global de 1967 essa transferência de verbas, quer quanto à sua inclusão nas necessidades de financiamento, quer quanto à sua cobertura pelas diversas fontes consideradas.

12 — Relações com o Banco Mundial

É de salientar, mais uma vez, a importância preponderante que o Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) tem tido no financiamento das nossas realizações, que se mantém na ordem dos 60 % dos investimentos.

No relatório do ano transacto, fizemos referência a que, em Maio de 1965, fomos visitados por uma missão de técnicos do Banco com vista ao estudo da concessão do terceiro empréstimo à empresa, destinado ao 2.º grupo da central do Carregado. Depois de vários contactos ocorridos, veio a concretizar-se o terceiro empréstimo, no montante de 10 milhões de dólares, que foi assinado em Washington em Junho de 1966, destinado ao financiamento de estudos, equipamentos electromecânicos e montagem para o 2.º grupo da central do Carregado.

Está previsto que o financiamento do 3.º grupo da central do Carregado seja também realizado dentro do esquema que vem sendo aplicado na empresa no último triénio — 60 % por crédito externo a longo prazo, 30 % por acções a emitir no mercado interno, 10 % por autofinanciamento nos termos do Decreto-Lei n.º 46 031 — pelo que deverá cifrar-se em cerca de 10 milhões de dólares o valor do

previsto quarto empréstimo do Banco Mundial. Prevê-se que as negociações formais se realizem em meados de 1967; e, nesse sentido, está já sendo orientado dentro das regras do Banco o lançamento dos concursos do 3.º grupo da central, que estão pois decorrendo, com generalizado interesse de todos os países industriais, dentro do regime de competição internacional posto em prática para a primeira fase de adjudicações do equipamento da central e que, até agora, conduziu a bons resultados quanto às condições de custo e sem prejuízo da indústria nacional.

13 — Colaboração aos órgãos colectivos da indústria nacional

Como membro da Comissão Directiva do Repartidor Nacional de Cargas esta empresa continuou a acompanhar directamente a sua valiosa acção coordenadora da rede eléctrica nacional. No plano específico da rede primária é devida também uma palavra de referência à actividade da Comissão Técnica de Exploração do Pool da rede primária que, com os respectivos delegados das empresas, vem silenciosamente realizando uma tarefa de mérito que pode entender-se significar o primeiro passo dado para a concretização desse «pool», objectivo que interessará consolidar por alargamento a outros sectores em que os interesses das respectivas empresas — e pela sua natureza e função — são, ou têm de ser, afins.

Igualmente registamos a acção de conjunto desenvolvida pelo Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade na resolução de importantes problemas do sector, e com o qual colaborámos designadamente através da nossa participação nas suas comissões especializadas.

14 — Prof. Eng.º Ferreira Dias

Antes de passarmos à apresentação das habituais rubricas finais do nosso relatório, não podemos deixar de registar, com profunda mágoa, o falecimento, em Novembro p. p., do Sr. Prof. Eng.º José Ferreira Dias que foi o primeiro Presidente do Conselho de Administração desta empresa, de 1954 a 1959. A sua morte prematura foi muito sentida por todos quantos tiveram a honra de com ele traba-

lhar, e é com saudade que evocamos as suas raras qualidades de inteligência e nobreza de carácter que lhe grangearam invulgar prestígio e simpatia pessoal.

15 — Balanço e resultados do exercício

Para uma apreciação do balanço e das contas, julga-se de interesse, como habitualmente, chamar a atenção para o valor e significado de algumas verbas e para alguns aspectos que as mesmas reflectem. (*)

O balanço apresenta-nos uma situação geral da empresa francamente satisfatória, do ponto de vista de solidez económica e financeira. Do ponto de vista de tesouraria, não só o quantitativo em dinheiro que a conta de Bancos acusa, como o valor das prestações indicado a receber do último aumento de capital, permitem, juntamente com os empréstimos em curso do Banco Mundial e com as receitas normais, encarar com tranquilidade os compromissos e encargos a satisfazer.

No Activo Disponível conta, de forma significativa, a entrada da primeira prestação de 41 250 contos do último aumento de capital, a que se faz referência no n.º 10 deste relatório, estando o restante da emissão representado no Activo na conta Accionistas.

Dado o elevado valor em que habitualmente se situa a conta de Existências, bem se justifica que sobre ela sempre recaia uma palavra de elucidação, tanto mais que, em relação ao balanço anterior, se apresenta com um aumento da ordem dos 28 000 contos. A baixa produção de energia da Tapada do Outeiro no decurso do ano e o armazenamento de carvão, regularmente adquirido, em cumprimento das cláusulas contratuais que regem o fornecimento de carvão pelas empresas mineiras, explicam o considerável aumento daquela conta.

(*) Como já se referiu nos relatórios anteriores, as contas da empresa estão a ser examinadas pelos auditores Barton, Mayhew & Co. que no ano em apreciação acompanharam os nossos serviços com regularidade.

O valor de Existências reparte-se da seguinte forma:

Carvão	68 400 contos
Óleos combustíveis	4 900 contos
Peças de reserva	5 200 contos
Material de consumo corrente e diversos	4 900 contos

A conta de Participações Financeiras aumentou por efeito da tomada de capital accionista na Empresa Industrial Carbonífera e Electrotécnica, S. A. R. L. concessionária das minas de Rio Maior, a que se faz alusão noutro passo do relatório.

No Activo Imobilizado verifica-se quanto no exercício findo os empreendimentos em curso progrediram na execução do programa de realizações a cargo da empresa.

Foi ultrapassado o milhão de contos de investimento que, de 791 743 contos no fecho do exercício anterior, subiu para 1 149 181 contos. A diferença de 357 438 contos, representando mais do dobro do aumento de investimento do ano anterior, dá a medida do volume e do ritmo de trabalho realizado, cabendo à central da Tapada do Outeiro 21 190 contos de imobilizações fixas e 25 722 contos de pagamentos antecipados; e à central do Carregado, 111 679 contos de imobilizações fixas e 194 739 contos de pagamentos antecipados.

No passivo nota-se por comparação com o balanço anterior o decréscimo dos empréstimos obrigacionistas e de empréstimos internos, de 4 794 contos e 8 626 contos, respectivamente, que se operam em obediência aos planos de amortização preestabelecidos.

Os empréstimos externos acusam um aumento de 183 094 contos no prosseguimento dos financiamentos contratados com o Banco Mundial e de que se dá uma nota mais detalhada no n.º 10 deste relatório.

A conta Provisões para Conservação e Reparação que se apresenta com o saldo de 2 817 449\$05, encontra-se reduzida de 5 400 contos, pela sua utilização nas grandes reparações previstas no relatório anterior para execução durante a paragem da central da Tapada do Outeiro, após o intenso trabalho a que havia sido submetida no ano de 1965, e ainda de cerca de 578 contos para as reparações das instalações de transporte de carvão.

Não tendo sido ainda efectuado o pagamento de qualquer dos impostos relativos ao ano findo por não estar ainda definida a matéria colectável, visto se estar aguardando a decisão do Ministério das Finanças sobre a reclamação, em tempo feita pela empresa, quanto a considerar-se a verba de autofinanciamento nos termos do Decreto-Lei n.º 46 031 como valor passível de impostos, foi reforçada a provisão para impostos com uma verba de 2 500 contos igual à constituída no ano anterior, e por força da qual apenas foi, por enquanto, coberto o encargo de 112 contos do imposto complementar de 1963.

A conta Dotação para Investimento (Autofinanciamento em cumprimento do Decreto-Lei n.º 46 031) aparece com o valor acumulado de 96 069 341\$30, cabendo ao exercício em apreciação o valor de 54 069 341\$30, valor este que representa a parte da receita do pool atribuída, para o efeito, pelo despacho do Senhor Secretário de Estado da Indústria que fixou a repartição das receitas para 1966. À semelhança do procedimento adoptado no ano anterior, figura na mesma conta, em obediência aos princípios definidos no citado Decreto-Lei n.º 46 031, a dedução do valor acumulado de 215 334\$09 para compensação de reintegrações, do qual 73 909\$84 respeitam ao exercício findo.

As contas de ordem Créditos Abertos e Credores por Créditos Abertos dão ideia das importâncias dos empréstimos contratados com o Banco Mundial ainda por utilizar (visto que, pelo seu mecanismo, os desembolsos só se verificam à medida que os fornecimentos de equipamento se realizam).

O saldo da conta de Exploração é de 52 945 107\$11.

O valor de combustíveis consumidos indicado nesta conta, em comparação com o do ano anterior, dá ideia suficientemente clara do reduzido funcionamento da central da Tapada do Outeiro no ano findo.

Assim foi possível e aconselhável utilizar, nas tarefas de conservação e reparação, uma parte considerável do trabalho do pessoal dos quadros de exploração, o que justifica que a mão de obra correspondente tenha sido imputada à conta de Despesas de Conservação e Reparação. Em consequência disto a conta de Despesas Gerais de Exploração acusa, com nítido carácter de excepção, uma certa redu-

ção no seu quantitativo, com agravamento das despesas de conservação e reparação que, como atrás se disse, foram em parte cobertas pelas respectivas provisões constituídas.

A conta de Lucros e Perdas apresenta o lucro líquido de 31 179 214\$16, ao qual há a adicionar o saldo de 338 726\$70 que transitou do exercício anterior, perfazendo assim, para distribuição, o total de 31 517 940\$86.

Para concluir os comentários que as verbas da conta Lucros e Perdas poderão suscitar, apenas restará referir que a redução de Despesas Gerais, relativamente ao exercício anterior, não tem qualquer significado, pois no valor indicado não está incluída qualquer parcela de impostos pela razão já antes referida.

Apurados os resultados do exercício temos a honra de propor que ao saldo da conta de Lucros e Perdas seja dada a aplicação seguinte:

— Para Fundo de Reserva Legal	1 559 000\$00
— Para Dividendo (*)	29 552 400\$00
— Para Conta Nova	406 540\$86
	<hr/>
Total	31 517 940\$86

(*) Na base de 7 % correspondente ao período do exercício e pelo tempo do efectivo desembolso:
70\$00 por acção (n.º 1 a 315 000);
62\$52 por acção (n.º 315 001 a 435 000).

16 — Considerações finais

Aos membros do Governo da Nação, em especial aos Gabinetes da Economia e das Finanças que mais de perto têm seguido o desenrolar da nossa actividade, deixamos aqui consignado, como é de inteira justiça, o nosso sincero reconhecimento pelo interesse que lhes têm merecido os problemas desta empresa. Seja-nos lícito fazer uma referência especial à acção desenvolvida pelo Senhor Secretário de Estado da Indústria que sempre nos tem acompanhado com o seu apoio e orientação, salientando-se o interesse que tem manifestado pela actividade da empresa, do que é mais um tes-

temunho a recente visita de trabalho que Sua Excelência se dignou fazer às obras da central do Carregado.

São justas também algumas palavras de agradecimento a todas as instituições bancárias com que trabalhamos pelas facilidades concedidas e pelo apoio que nos deram, uma vez mais, no decorrer deste exercício, sendo-nos grato salientar a especial colaboração que o Banco de Portugal nos vem dando nas operações decorrentes dos contratos de empréstimo com o Banco Mundial.

Manifestamos ainda o nosso reconhecimento a todos os departamentos dos serviços oficiais com que tivemos contactos mais directos, pela atenção dispensada aos problemas da empresa e pela orientação dada para a sua solução, ou sejam, no Ministério da Economia, a Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, a Direcção-Geral dos Combustíveis, a Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, a Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, e os principais departamentos da Presidência do Conselho (Secretaria-Geral e Secretariado Técnico), dos Ministérios das Finanças, das Obras Públicas, das Comunicações e das Corporações e Previdência Social.

Ao Conselho Fiscal, que tem acompanhado com muito interesse e proficiência os nossos trabalhos, é-nos grato manifestar o nosso reconhecimento pela valiosa ajuda recebida.

Finalmente, é com muita satisfação que deixamos aqui registada uma palavra de louvor ao pessoal da empresa pela dedicação, entusiasmo e eficiência com que vem desempenhando as suas funções.

Porto, 9 de Março de 1967

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente

Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.^a El.^a do Alentejo e Algarve — CEAL

Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.^a Nacional de Electricidade

Armando Stichini Vilela, pela Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal — SACOR

BALANÇO,
RESULTADOS DO EXERCÍCIO
E
CONTA DE EXPLORAÇÃO

Balço em 31 de Dezembro de 1966

ACTIVO

DISPONÍVEL

Caixa	261 124\$60	
Bancos	64 221 961\$28	64 483 085\$88

REALIZÁVEL

Participações Financeiras	1 365 225\$00	
Contas Correntes (Saldos Devedores)	31 180 698\$05	
Accionistas	123 750 000\$00	
Existências	83 450 403\$89	239 746 326\$94

IMOBILIZADO

FIXO

Central da Tapada do Outeiro	598 483 247\$11	
Central do Carregado	161 319 145\$78	
Material de Estaleiro	596 268\$95	
Material de Transportes	1 709 598\$50	
Móveis e Utensílios	5 011 301\$31	
Biblioteca	483 589\$00	
Instalações	23 571\$30	
		767 626 721\$95

Reintegrações:

Central da Tapada do Outeiro	69 503 070\$08	
Material de Transportes	563 175\$80	
Móveis e Utensílios	1 137 748\$70	
Biblioteca	58 693\$80	
Instalações	1 885\$70	— 71 264 574\$08
		696 362 147\$87

DE TRANSIÇÃO

Pagamentos Antecipados	373 393 134\$10	
Estudos Nucleares	7 586 594\$27	
Estudos da Central de Rio Maior	575 028\$09	381 554 756\$46
		1 077 916 904\$33

CONTAS DE ORDEM

Cauções Estatutárias	300 000\$00	
Garantias Bancárias	135 296 177\$88	
Material Encomendado	808 395 703\$10	
Créditos Abertos	560 639 910\$00	1 504 631 790\$98

O CHEFE DA CONTABILIDADE

Júlio Ribeiro

PASSIVO

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

Contas Correntes (Saldos Credores)	19 509 709\$77	
Juros de Obrigações a Pagar	3 353 092\$09	
Juros de Acções a Pagar	297\$06	
Obrigações Sorteadas	3 217 000\$00	
Dividendos a Pagar	84 758\$02	26 164 856\$94

EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO

Obrigações	154 352 000\$00	
Financiamentos:		
— Empréstimos Internos	144 409 798\$30	
— Empréstimos Externos (Banco Mundial)	301 860 089\$81	446 269 888\$11
		600 621 888\$11
		626 786 745\$05

SITUAÇÃO LÍQUIDA

INICIAL

Capital		600 000 000\$00
-------------------	--	-----------------

ACUMULADA

Fundo de Reserva Legal	5 295 000\$00	
Fundo de Estabilização de Dividendos	11 500 000\$00	
Reconstituição do Investimento	3 487 715\$98	
Provisões:		
— Conservação e Reparação	2 817 449\$05	
— Impostos	4 887 459\$00	7 704 908\$05
		27 987 624\$03

CONDICIONADA

Dotação para Investimento (Autofinanciamento em cumprimento do Decreto-Lei n.º 46 031)	96 069 341\$30	
Compensação de Reintegrações	— 215 334\$09	95 854 007\$21

ADQUIRIDA

Lucros e Perdas:		
Saldo de 1965	338 726\$70	
Lucro do Exercício	31 179 214\$16	31 517 940\$86
		755 359 572\$10

CONTAS DE ORDEM

Credores por Cauções Estatutárias	300 000\$00	
Credores por Garantias Bancárias	135 296 177\$88	
Credores por Material Encomendado	808 395 703\$10	
Credores por Créditos Abertos	560 639 910\$00	1 504 631 790\$98

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente
Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.ª El.ª do Alentejo e Algarve — CEAL
Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.ª Nacional de Electricidade
Armando Stichini Vilela, pela Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal — SACOR

Desenvolvimento da Conta «LUCROS E PERDAS»

EXERCÍCIO DE 1966

<u>DÉBITO</u>			
Despesas Gerais		3 486 610\$36	
Encargos Financeiros		16 612 108\$16	
Provisões:			
— Impostos		2 500 000\$00	
Reintegrações:			
— Móveis e Utensílios	400 904\$10		
— Biblioteca	38 687\$10		
— Instalações.	1 885\$70	441 476\$90	
Transportadores de Carvão c/ Ex- ploração: — Pejão e Instala- ção de Desvio — Saldo		138 704\$58	
Saldo de 1965	338 726\$70		
Lucro Líquido do Exercício	31 179 214\$16	31 517 940\$86	
		54 696 840\$86	

<u>CRÉDITO</u>			
Saldo de 1965		338 726\$70	
Energia c/ Exploração — Saldo		52 945 107\$11	
Rendimentos Diversos		1 339 097\$21	
Dotação para Investimento (Autofinanciamento em cumprimento do Decreto-Lei n.º 46 031):			
— Compensação de Reintegrações		73 909\$84	
		54 696 840\$86	

O CHEFE DA CONTABILIDADE

Júlio Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente
Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.^a El.^a do Alentejo e Algarve — CEAL
Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.^a Nacional de Electricidade
Armando Stichini Vilela, pela Sociedade Anónima Concessionária da Refinação
de Petróleos em Portugal — SACOR

Desenvolvimento da Conta «ENERGIA C/ EXPLORAÇÃO»
EXERCÍCIO DE 1966

<u>DÉBITO</u>	
Combustíveis	2 015 728\$23
Despesas Gerais de Exploração .	4 055 693\$82
Despesas de Conservação e Repara- ção	8 473 067\$42
— Provisões (Utilização) . . .	5 400 000\$00 3 073 067\$42
Reintegrações — Central da Tapa- da do Outeiro	13 232 496\$38
Reconstituição do Investimento .	1 084 397\$04
Dotação para Investimento (Auto- financiamento em cumpri- mento do Decreto-Lei n.º 46 031)	54 069 341\$30
Saldo	52 945 107\$11
	130 475 831\$30

O CHEFE DA CONTABILIDADE
Júlio Ribeiro

<u>CRÉDITO</u>	
Receitas de Exploração	130 475 831\$30
	130 475 831\$30

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente
Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.ª EL.ª do Alentejo e Algarve — CEAL
Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.ª Nacional de Electricidade
Armando Stichini Vilela, pela Sociedade Anónima Concessionária da Refinação
de Petróleos em Portugal — SACOR

PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

Nos termos da Lei e de acordo com o consignado nos Estatutos, o Conselho Fiscal reuniu periodicamente e procurou acompanhar as actividades da empresa.

Teve ainda oportunidade de visitar as obras em curso relativas à instalação do 3.º grupo da Tapada do Outeiro e do 1.º grupo da central do Carregado.

Pôde assim formar juízo sobre a forma como tem decorrido a vida da sociedade, sendo-lhe grato afirmar que a acentuada expansão que atravessa continua a suscitar, como é natural, problemas diversos designadamente de natureza administrativa e técnica.

Sempre o Conselho de Administração tem actuado em ordem a obter, para tais problemas, as soluções que melhor se coadunam com os interesses da empresa. É por isso credor do nosso apreço e merecedor das nossas homenagens.

Registamos o facto de sempre se terem encontrado as contas em boa ordem e convenientemente escrituradas.

Finalmente, o Conselho Fiscal associa-se inteiramente ao Conselho de Administração na evocação da figura do Eng.º José Ferreira Dias, expressando igualmente profunda mágoa pelo seu falecimento.

Dando a nossa completa concordância ao Relatório, Balanço e Contas apresentados pelo Conselho de Administração aos Senhores Accionistas, temos a honra de propor:

- 1.º — Que sejam aprovados o Relatório, Balanço e Contas;
- 2.º — Que seja expresso pela Assembleia um voto de apreço pela acção do Conselho de Administração;

- 3.º — Que, tendo em atenção a forma como desempenhou, no último exercício, as suas funções, seja louvado o pessoal em serviço na empresa;
- 4.º — Que seja aprovada a aplicação do saldo da conta de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

Porto, 10 de Março de 1967

O CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Agnelo Galamba de Oliveira

VOGAIS

José Nicolau Pires Correia — (Hidro-Eléctrica do Douro)

Manuel Magalhães Mexia — (Comp.ª das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova)

